



PARECER JURÍDICO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2022

INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu.

ASSUNTO: Análise e emissão de parecer jurídico acerca de aditivo do contrato administrativo nº 009/2022.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATOS. ADITIVO CONTRATUAL. AUMENTO DE 25% DO QUANTITATIVO CONTRATADO. ANÁLISE DOS REQUISITOS LEGAIS. HIPÓTESE DO ART. 65, §1º DA LEI FEDERAL N. 8.666/93. ANÁLISE ADMINISTRATIVA A POSSIBILIDADE JURÍDICA DE ADITIVO. OPINIÃO PELA REALIZAÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL COM OBSERVÂNCIA DAS CONDIÇÕES DE LEGALIDADE CONTIDAS NESTE PARECER.

I – DO RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de parecer jurídico por parte da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu, em análise a possibilidade de realização de aditivo contratual do instrumento administrativo nº 009/2022, pactuado entre a administração pública, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, e a Casmed Comércio de Artigos Médicos Hospitalares e Medicamentos LTDA, com objetivo de aquisição de medicamentos (farmácia básica e controlados) e material técnico hospitalar.
2. Vem-se por meio desta esclarecer se há óbices jurídicos para realização do referido aditivo.
3. Após recebimento do pedido, vieram os autos a esta Procuradoria.
4. É o relatório. Passo a opinar.

II – DA ANÁLISE E DOS FUNDAMENTOS.

5. Inicialmente, cumpre ressaltar-se que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.
6. Pelas informações trazidas para análise pela Administração, há necessidade de realização de aditivo do contrato, tendo em vista a proximidade do encerramento contratual, bem como a necessidade de manutenção do objeto contratado, ante a ocorrência do ano letivo, bem com aumento dos insumos para atendimento da



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-AÇU
PROCURADORIA GERAL



avença, fazendo com que seja necessário o aumento do quantitativo originalmente pactuado em contrato.

7. A justificativa apresentada seria o encerramento do contrato, bem como o aumento no valor dos insumos para atendimento do objeto, rogando-se pelo aumento em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade pactuada.

8. Diante disso, surge a necessidade de consulta quanto à possibilidade ou não na realização do aditivo contratual.

9. No presente caso, se denota interesse na continuidade do instrumento contratual pactuado, ante a relevância desta contratação para o Município de Igarapé-Açu, em se tratando de objeto importante para a administração municipal, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e manutenção no fornecimento de medicamentos (farmácia básica e controlados) e material técnico hospitalar, demonstra-se viável a possibilidade de aditivo do contrato, para aumento de quantidade, com fulcro nas informações trazidas.

10. Nesse sentido, a Lei Federal nº 8.666/93 delimita acerca da possibilidade de alteração dos termos do contrato, desde que observado a limitação temporal e de valores, conforme art. 65 do diploma legal, ora transcrito:

Seção III

Da Alteração dos Contratos

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (grifo nosso)

11. Motivo pelo qual a realização do aditivo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, com o fito de atender as demandas, em relação ao fornecimento de medicamentos (farmácia básica e controlados) e material técnico hospitalar, considerando o foco do interesse público na continuidade do serviço prestado.

12. Nesse sentido, considerando a justificativa, bem como que o aditivo observará a limitação legal para aumento, quer seja, 25% (vinte e cinco por cento) do valor original, não se observam óbices para sua realização.

13. Outrossim, cumpre asseverar que o setor competente da Administração Pública, sobretudo antes de se efetuar qualquer ato relativo a novo procedimento para continuidade do pagamento da contratada, deve observar se a mesma ainda mantém as condições que a tornaram habilitada e qualificada na ocasião da contratação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ-AÇU
PROCURADORIA GERAL



14. Uma vez observadas tais orientações, não subsistem impedimentos a prorrogação do contrato em análise, sendo plenamente possível a sua formalização pelos fundamentos jurídicos apresentados.

III – DA CONCLUSÃO

15. Por todo o exposto, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, é o presente para opinar pela possibilidade de realização de aditivo contratual, para aumento no quantitativo, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993, observando-se a limitação legal.

16. É o parecer, SMJ.

17. Devolvam-se os presentes autos à Comissão Permanente de Licitações.

Igarapé-Açu (PA), 05 de julho de 2022.

FRANCISCO DE OLIVEIRA LEITE NETO

Procurador do Município
Decreto nº 134/2021-GP/PMI